

Acritica  
24/8/97 78  
569

# Cinco grupos disputam mina de nióbio

Com um potencial de 82 milhões de toneladas, a reserva de nióbio de Benjamin Constant desperta interesse de companhias do sul do País

Margarida Galvão

Cinco grandes grupos ligados a companhias minerais do Sul do País estão disputando a compra da mina de nióbio localizada em São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus), a maior do mundo com capacidade de reserva em torno de 82 milhões de toneladas de óxido de nióbio. Quatro delas já visitaram a mina. As propostas vão ser abertas no dia 16 de outubro, às 10h, na sede da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), no Rio de Janeiro. As empresas interessadas na compra da reserva têm até 24 horas antes desse prazo para remeter suas propostas à companhia.

De acordo com o Edital lançado no dia 18 de junho no Diário Oficial da União (DOU), o valor mínimo da proposta é de R\$ 600 mil na parte fixa da reserva, acrescido de um percentual mínimo de 3% sobre o valor bruto mensal da produção comercializada de nióbio e de quaisquer outras substâncias minerais extraída da área.

Na opinião do superintendente regional da CPRM, Fernando Carvalho, o boom da comercialização da reserva de nióbio não é a venda da parte fixa, mas a garantia de retorno através dos royalties (comissão) que a empresa vencedora terá que pagar mensalmente ao escritório regional da CPRM. Carvalho não tem dados sobre quanto será movimentado mensalmente em volume de dinheiro, mas avalia que a exploração da reserva de São Gabriel da Cachoeira é um negócio bastante rentável dado o potencial que o mercado internacional possui.

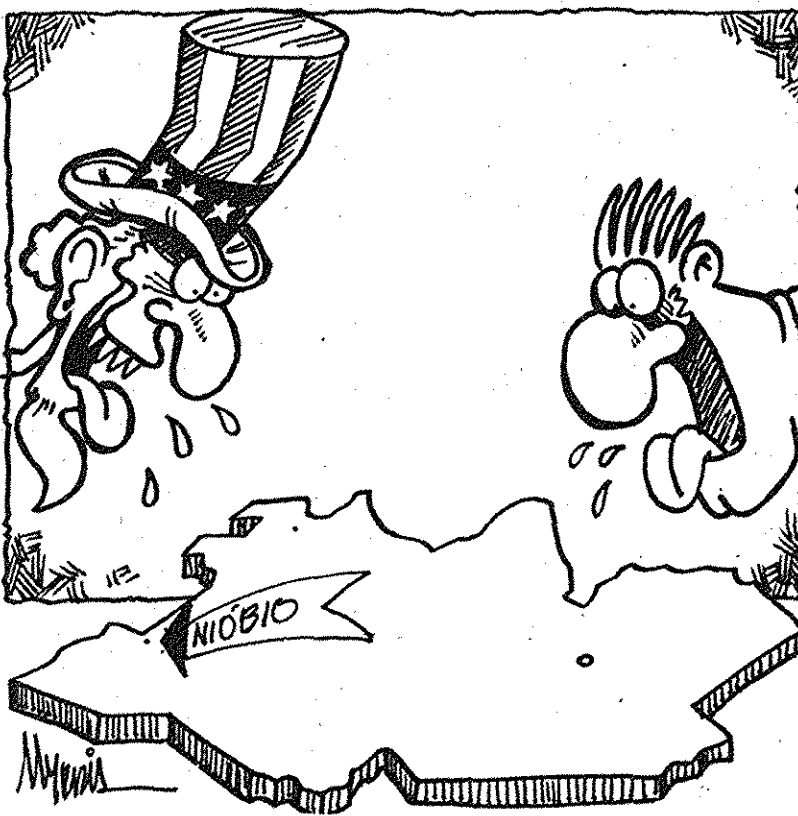
Carvalho garante que a participação da CPRM nos lucros mensais da reserva, via royalties, serão reinvestidos em projetos de pesquisas minerais para fomentar inclusive a descoberta de novas jazidas.

Segundo o superintendente da CPRM, um dos parâmetros de

controle da produção de nióbio que o órgão irá utilizar para detectar se a empresa vencedora na exploração da reserva está repassando o valor correto será o Relatório Anual de Lavra. Esse documento, utilizado como instrumento de controle do Governo, é encaminhado anualmente ao Ministério das Minas e Energia pelas empresas que exploram minério. Também será feito mensalmente uma fiscalização por técnicos do CPRM à reserva, garante.

**Utilidade** - O nióbio é utilizado na siderurgia, em aços especiais. O uso é extensivo à produção de supercondutores, vidros óticos e de catalizadores para materiais que precisam ser submetidos a grande pressão de temperatura em função das suas boas propriedades físicas.

Dados do CPRM indicam que o Brasil é o maior produtor de nióbio do mundo. Sua produção atual está em torno de 22 mil toneladas de óxido de nióbio por ano. Desse total, 15% é consumido pelo mercado brasileiro, enquanto os 85% restantes são exportados para o exterior. Quem controla o nióbio no País é a Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (CBMM).



## CPRM calcula 500 novos empregos

A empresa vencedora da licitação para compra da reserva de nióbio de São Gabriel da Cachoeira vai gastar em torno de R\$ 100 mil com obras de infra-estrutura. O cálculo é do superintendente regional da CPRM, Fernando Carvalho. Ele avalia que o empreendimento vai implementar emprego e renda para os moradores da cidade.

No item emprego, acredita que haverá contratação de, pelo menos, 500 pessoas para trabalhar na reserva. De início, cita, deverá ser construída uma vila para abrigar esses trabalhadores e, conseqüentemente, suas famí-

lias que irão necessitar de luz elétrica, água potável, esgoto sanitário, casas comerciais. "Como os trabalhadores possuem filhos, a construção de uma escola vai ser inevitável", destaca.

Também será necessário, na opinião de Carvalho, a construção de uma estrada de acesso à reserva onde os trabalhadores irão transitar diariamente com a produção de nióbio e outras substâncias minerais oriundas da área.

Ele acredita que a exploração da reserva de nióbio tem tudo para ser uma alternativa para a viabilidade econômica do município de São Gabriel da Cachoeira.

## Amazônia biomineral

Jorge L. Garcez Teixeira \*

A abertura da Amazônia à exploração mineral não é ideia nova. É muito mais antiga do que se possa imaginar.

Com os trabalhos realizados pelo Projeto Radambrasil, ficou ainda mais evidente o seu potencial mineral, previsto naquela ocasião. Tal potencial, a partir daqueles levantamentos, passou a ser alvo de maior e mais acurada observação, principalmente com os avanços tecnológicos utilizados por satélites, com recursos específicos para levantamentos meteorológicos e de cartografia aerospacial, hoje bastante difundida na área de sensoriamento remoto.

Muitos são os argumentos que tentam justificar a exploração e o desenvolvimento da Amazônia, a qualquer preço, a partir da premissa da necessidade de se melhorar a qualidade de vida do homem amazônico interiorizado.

As vezes eu me pergunto. Será que o nosso caboclo, como ser humano, é tão mais privilegiado do que aqueles que habitam outros continentes, não tão privilegiados como o nosso sul-americano, onde em se plantando tudo dá? Será que estamos tão famintos e moribundos assim, sem peixe na beira do rio ou dos lagos e carentes de terras para plantar culturas de subsistência? Temos realmente o dever ou a obrigação de gerar conforto para o homem interiorano a custos elevadíssimos? E a manutenção de tudo isto? Quem vai garantir a conta, ao longo dos tempos numa economia globalizada?

Na era do ecobusiness e do greenbusiness, não é muito ecologicamente correto se falar em números potenciais da Amazônia, de forma randômica, ou seja, alcatoariamente, sem que se pense nas gerações futuras. Isto pode parecer prosaico, mas é muito sério! A natureza em si tem uma programação e o homem deve ter o cuidado de não desprogramá-la, mais do que já está.

Certamente, há muitos recursos minerais que carecem de exploração tecnológica com baixo impacto ambiental, de modo a trazer recursos significativos para o Estado do Amazonas. Entretanto, há que se esgotar critérios mais relevantes, do ponto de vista de se privilegiar também, recursos da biodiversidade, tão valiosos quanto milhões de toneladas de minério.

Existe a probabilidade de se perder patrimônio vegetal com potencialidade de fármaco, cujo benefício à humanidade seria de tal monta, que qualquer outra exploração mineral de relevância tenderia a ser suspensa, caso estivesse a mesma sobre área de dominância daquele produto biológico.

O que foi investido em pesquisa mineral no Brasil, de alguma forma já foi pago. Não serve como argumento para justificar uma nova onda desenfreada de exploração mineral. Isto é fato, se considerarmos que muitos recursos minerais estão sendo substituídos por materiais sintéticos, os quais em muito

reduziram o mercado de matérias-primas minerais.

Falta para nós, amazônidas, uma Política Mineral regional, que contemple os nossos produtos com mercado potencial real, dentro e fora do país e que tragam em si, um elevado valor agregado para a geração de empregos locais. Além disto, criar uma Bolsa de Produtos Minerais, num mercado mais aberto, democrático, globalizado, de modo a se evitar a cartelização de determinados produtos, o que não condiz com as características de nossas reservas minerais, para alguns desses produtos. Certamente, pequenas explorações minerais podem trazer grandes benefícios para populações interiorizadas, com pequenos impactos ambientais, ou seja, uma boa relação custo financeiro versus benefício sócio-ambiental.

Como exemplo, a exploração da jazida mineral de Seis Lagos, não deveria ser justificada pela presença de nióbio (Nb<sub>2</sub>O<sub>5</sub>) e sim, pelos demais minerais existentes na mesma, que apresentam-se como recursos de um mercado real, ainda carente dos mesmos. Não é o caso do nióbio, pois o Brasil, somente com as jazidas de Minas e Goiás, já responde por cerca de 90% do mercado produtor mundial. Com a jazida de Seis Lagos, despencaria o preço deste minério a valores ridículos.

A razão de desmatamento por quilômetro quadrado da atividade de mineração é de 0,017, enquanto a da pecuária é de 5,882, ou seja, esta última é cerca de cinco vezes mais degradadora. Entretanto, isto não é condição sine qua non para a ocupação da Amazônia estimulada pela atividade de mineração pura e simples. Mesmo que se argumente ser a mesma criadora de cidades e de melhor infra-estrutura. Isto não é bem a verdade, pois muitos projetos de exploração mineral, quando entram na fase produtiva, geraram grandes bolsões de miséria e promiscuidade, criando um quadro de degradação humana, que por suas características persistiu por muitos anos na periferia desses projetos, à margem do processo de desenvolvimento social pelo qual o Brasil continua passando, na tentativa de acertar.

Vamos desenvolver a Amazônia sim, mas sem pressa. Vamos aprendendo sobre ela com o passar dos tempos. Não importa se até lá não estejamos vivos. Não somos mesmos eternos! A natureza também não teve pressa para nos dar tudo o que dela podemos extrair de bom para o nosso bem.

Deixemos de lado as vaidades dos eco-modismos e vamos olhar para o horizonte verdejante que nos é permitido nos dias de hoje, antes que ele se acinente, pelo tão preconizado desenvolvimento humano.

\* O autor é geólogo, consultor e auditor em meio ambiente. Esp. Engenharia Ambiental e Sistemas Energéticos

## O setor mineral se agita

### Empresas que enviaram proposta ao CPRM

- \* Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (CBMM) - São Paulo;
- \* Rio Tinto Desenvolvimento Mineral Ltda (RTZ) - originária da África do Sul, com empresa em Brasília;
- \* UGM - Serviços Técnicos Ltda - ligada a Minorco South América;
- \* Organizações SR S/A - pertencente ao grupo do Banco Rural;
- \* Companhia Industrial Fluminense - chegou atrasada para a visitação da área (sem dados)

Fonte: Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais (CPRM)

### Países que o Brasil exporta nióbio

- \* Japão
- \* Alemanha
- \* Estados Unidos
- \* Holanda
- \* Itália